

Urgências a atender

Economia - Brasil

O comportamento da economia do País vem apresentando sintomas extremamente diversificados em suas causas e efeitos e com nítidas tendências de desestruturação nas relações de troca, notadamente em seu segmento de ponta, exatamente onde está localizado o seu elo mais representativo e por coincidência o mais frágil de todos os povos. Na fronteira entre a produção e o consumo situa-se a economia popular, na atualidade a parte mais sofrida, sacrificada pela demência inflacionária e sob esmagamento de um processo recessivo implacável. Sem mais espaços para recuar, o povo chegou nos limites do desespero, sob um crescente esvaziamento do poder aquisitivo, com os salários esgotando-se cada vez mais antes do fim de cada mês e sob inquietante ausência de alternativa para uma suplementação providencial.

A prolongada crise política que vem enfraquecendo as forças vivas do País, desde os primeiros meses de 1992, desestruturou todo o sistema produtivo que foi abalado em extensão e profundidade, abalado por toda sorte de fatores adversos, com o bloqueio quase integral nos canais de acesso e de saída dos diversos setores econômicos. Produção e consumo ficaram desorientados, ora pelo excesso de oferta, ora pela queda vertical da demanda, introduzindo altas taxas de incertezas nos processos de compra e venda e na formação de estoques.

As elevadas taxas de juros provocaram distorções na contabilidade de custos, onerando em demasia os preços finais junto a quem se dispõe ou está obrigado a consumir.

O resultado prático aí está, formalizado nas cotações absurdas dos bens de consumo e duráveis, numa ciranda estonteante para todos os segmentos sociais, com particular agressão às categorias sociais de baixa renda e promovendo uma acelerada proletarização da classe média. Esse tetanismo social está se ver-

ticalizando, projetando-se sempre longe nos agravos às comunidades, tanto urbanas quanto rurais.

A consolidação do governo Itamar, ao institucionalizar a Nação, no ordenamento dos poderes constituídos, defronta-se com graves problemas para serem superados, muitos dos quais se encontram sob tensão máxima, próximos da explosão e cujas soluções estão na dependência de votação pelo Congresso Nacional e ainda sujeitas a uma adesão das forças políticas empresariais e assalariadas para enfrentar, com êxito, as urgências urgentíssimas reconhecidas por todos.

Registre-se aqui, com a estranheza devida, a indiferença da indústria e do comércio que, num alheamento inaceitável — como se as responsabilidades pudessem ser setorizadas, deixando de ser de todos — entregam-se a uma violenta remarcação de preços, com reajustes descabidos, numa delirante prática de encarecimento, levando a economia popular para um estágio muito próximo da insolvência das classes trabalhadoras.

Nesse sentido, a reação oficial, em defesa da bolsa popular, deve ser acolhida como impostergável nas medidas que adotar e inadiável na respectiva implementação. A mobilização, para tanto, deve ter alcance ilimitado no recrutamento das forças para uma reação saudável, em defesa de toda a Nação, em toda a sua complexidade institucional. O momento não admite omissões ou alheamento de quem quer que seja, desde o anônimo cidadão das ruas até os mais altos escalões. Governantes e governados estão obrigados a assumir deveres e obrigações, reunindo meios e fins que contribuam para equilibrar todas as hierarquias sociais, políticas e econômicas. Aos que se ausentarem desse campo de luta devem ser imputadas as sanções de crime de lesa-pátria e com formação de culpa sem perdão.